

Homofobia na escola

Homophobia at school

Daniel Santos*

1. Introdução

A vida social é permeada por práticas e discursos que expressam um conjunto de ideias ligadas ao modo como os indivíduos, principalmente crianças e adolescentes vivem a sexualidade. Discursos que sempre trazem à tona inquietações e que sempre expõem aqueles que se “desviam” daquilo que é considerado comportamento “padrão” em nossa sociedade.

Somos herdeiros de uma tradição sexista e autoritária e convivemos cotidianamente com a manifestação de atos sexistas e preconceituosos nas diversas instituições. Além disso, os discursos dominantes tendem a emergir como formas de condicionamento das pessoas através da coerção e manipulação dos corpos e comportamentos.

A idéia de desenvolver um artigo que versasse sobre a temática da homofobia e atos de violência ligados à homofobia se deu através de minha prática docente em instituições escolares de ensino público do Distrito Federal e mais especificamente no Centro de Ensino Médio I do Paranoá, cidade satélite de Brasília.

O questionamento inicial e inquietante nesta formulação é o fato de a maioria das instituições escolares pelas quais passei não possuem projetos político-pedagógicos definidos e não planejam de forma adequada a maior parte de suas ações no que diz respeito ao modo como determinadas condutas consideradas discriminatórias dentre elas a homofobia eram tratadas no ambiente institucional.

Na palavra dos agentes dá para perceber, nas entrelinhas, as dificuldades e conservadorismo em lidar com questões ligadas à sexualidade e conseqüentemente a homofobia. E isso é bem evidente nas reuniões e conselhos para deliberações gerais dentro das instituições.

Isto evidencia que os gestores, aqui compreendidos como o conjunto de professores, coordenação, direção, comunidade escolar, incluindo alunos e funcionários auxiliares, em sua prática cotidiana têm dificuldades e certa resistência quanto a discutir e conviver com o assunto no ambiente escolar. Além disso, pode perceber o evidente desinteresse por parte da maioria do corpo docente que, além de não ser estimulado a discutir tais temáticas, demonstrava ser bastante resistentes.

Essas experiências fizeram surgir questionamentos do tipo: a escola como *locus* de construção da cidadania é capaz de conscientizar e promover práticas de respeito à diversidade sexual? Os docentes participam da construção e definição de projetos que busquem a não exclusão de alunos e alunas no ambiente escolar? Que significados os agentes envolvidos no processo educativo (professores, alunos e direção) atribuem às práticas de homofobia? De que forma a escola contribui para a reprodução de práticas de homofobia?

Partindo destes questionamentos e tendo como base o contexto escolar no qual estou inserido lanço uma discussão introdutória acerca do problema para que se possa ter uma visão mais apurada acerca

dos processos e elementos definidores das práticas de homofobia no ambiente escolar. E que essas reflexões ajudem na construção de uma investigação futura e possível intervenção.

Como ministro aulas de Sociologia, consigo incluir em minhas discussões de sala de aula parte das discussões sobre a questão da sexualidade e homofobia. Os conteúdos de cidadania e construção social da sexualidade tendem a contribuir na desconstrução de certos preconceitos acerca da diversidade sexual e construção da cidadania e os enfoques sobre Movimentos Sociais esclarecem melhor a luta por direitos desses grupos.

Parto da hipótese que o contexto da interação proporcionada por modelos de gestão fortemente hierarquizados e relações de autoritarismo por parte de alguns professores levam a um esmorecimento nas relações interpessoais, nas quais a dificuldade de compreensão do outro, tendo como foco a homofobia, leva a atitudes de estigmatização e preconceito para com alguns grupos que compõem o universo escolar.

2. Metodologia

Utilizo a pesquisa bibliográfica para um melhor esclarecimento de conceitos em nesta discussão introdutória. Pretendo lançar uma discussão inicial que sirva de base para pesquisa com discentes e professores e conseqüente intervenção via projeto pedagógico.

A experiência acumulada em meu contato diário durante o tempo em que atuei na instituição serve para analisadas conforme orientação qualitativa e subjetiva indicadas por Rey (2005). Nessa análise, o critério é buscar as palavras ou trechos mais significativos do discurso, chamados de

“núcleos de sentido”, que comuniquem a perspectiva dos agentes.

Como atuo como professor na instituição há dois anos pode-se dizer que durante este período estive praticando a observação participante, pois esse contato mais próximo facilita entender melhor a dinâmica de funcionamento da instituição. O foco da análise são as reuniões de coordenação e, nelas, as discussões e deliberações que permitirão coletar dados referentes a discursos e frases homofóbicas por parte dos professores.

Devido à exigüidade de tempo e questões de ordem ética principalmente por se tratar de público adolescente na faixa dos 15 a 17 anos, decidi não fazer entrevistas com alunos apesar de presenciar condutas homofóbicas no cotidiano escolar por parte dos discentes.

3. Homofobia e educação

Durkheim (1973) em seu clássico estudo sobre educação nos traz uma visão mais apurada acerca do modo como os fatos sociais se impõem aos indivíduos formando um sistema de idéias que representam dentro das pessoas a sociedade da qual fazem parte. Os fatos sociais são compreendidos como as maneiras de ser, de agir e de pensar comuns à maioria dos indivíduos que formam uma sociedade.

A perspectiva durkheimiana também conhecida como funcionalismo aborda o papel das instituições no condicionamento das ações individuais e a sociedade aparece com uma carga de superioridade em relação ao indivíduo no sentido de que essas maneiras se impõem sobre os mesmos.

Nas próprias palavras de Durkheim, “a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta e quanto mais



eficiente for este processo melhor será o desenvolvimento da comunidade onde a escola esta inserida”. Durkheim estava preocupado em fazer uma reformulação do sistema educacional francês e da educação como instituição na França de sua época e suas formulações servem para ampliar a discussão acerca do papel da escola como instituição responsável por resgatar e construir valores morais nos indivíduos.

Devemos pensar que os padrões e normas que são impostos atuam de forma a tentar homogeneizar em um contexto marcado pela diversidade de crenças e comportamentos. Será que a escola como instituição é capaz de lidar com essas diferenças? E ainda, será que as políticas de estado são capazes de produzir efeitos neste contexto patriarcalista, machista e discriminador?

As consciências individuais, ainda pensando com Durkheim, são formadas pela sociedade. E a educação tem o papel primordial neste processo e na conduta dos indivíduos dentro dos diferentes grupos. O homem é um produto da sociedade e como produto tende a agir de acordo com os padrões normativos impostos pela consciência coletiva. Nesse sentido podemos pensar no nosso objeto de estudo propriamente dito: a homofobia. A herança deixada ao longo dos tempos pelas instituições de ensino e seus padrões normativos e enraizados nas mentes ao longo dos anos.

Ainda sobre o papel da educação sustenta a idéia de que o objetivo maior é suscitar e desenvolver nas novas gerações certos estados físicos e emocionais que são requeridos pela sociedade em seu conjunto. E essas exigências que têm forte influência no processo de ensino se relacionam à religião, às normas e às sanções. O modo como a escola como instituição capaz de gerar e determinar comportamentos e práticas e punir desvios daquilo que é considerado padrão.

O gancho aqui é justamente com um dos autores que em sua teoria dialogou bastante com Durkheim. Bourdieu (1975) traz uma visão mais radical acerca do modo como os comportamentos individuais são moldados pelas estruturas sociais (estruturalismo). Os agentes sociais parecem movidos por forças ocultas que os estimulam a agir mesmo não tendo consciência disso. A aproximação de sua teoria com Durkheim é apontada quando coloca que os indivíduos em suas ações apenas reproduzem as orientações da estrutura social vigente e seus valores.

O social é que vai determinar as ações individuais e a ação é o processo pelo qual as estruturas sociais vão se reproduzir. Os sujeitos aparecem como submissos a isso, fazem o que as estruturas sociais determinam e ainda aponta o papel dos discursos dominantes que fazem os indivíduos pensarem que as suas ações são resultado de vontade própria. A teoria é alvo de críticas por sua postura determinista, mais não podemos deixar de lado o peso destas sobre as consciências individuais.

Em sua obra *A Reprodução* traz a idéia de que as ações pedagógicas são necessariamente uma “violência simbólica” dotada de um caráter de impositividade e arbitrariedade e que se apresenta ao indivíduo que sofre a violência de modo enganador, dissimulado que oculta relações de força que fundamentam seu poder.

As ações pedagógicas são vistas como violência porque impõem um poder arbitrário com características essencialmente culturais e que abarca as visões de mundo dos grupos e classes dominantes e que são impostas pelo sistema de ensino. Segundo ele, essas imposições não aparecem de forma inteira e a pedagogia não se realiza enquanto pedagogia mais se limita a inculcar normas e valores dominantes. Cabe aqui ressaltar mais aspectos sobre o nosso objeto de estudo e sua proximidade

com a questão dos valores e crenças, preconceitos e estereótipos que são lançados em relação ao outro em uma perspectiva antropológica.

Os educandos tendem a interiorizar, internalizar os princípios culturais que lhe são impostos pelo sistema de ensino de tal modo que, mesmo depois de terminada a escolarização, ele os tenha incorporado aos seus princípios e valores e seja capaz de reproduzi-los e transmiti-los aos outros. A esse processo de aquisição e assimilação ela chamou de *habitus*.

Quando a bagagem cultural a ser imposta é incorporada ao *habitus* dos professores o trabalho educativo tende a reproduzir as condições sociais de dominação de alguns grupos sobre os outros que deram origem aos valores de dominação. Nesse sentido podemos pensar no histórico de discriminação e preconceito ao qual foram submetidos ao longo da história os homossexuais.

Cabe aqui perguntar de que modo as políticas educacionais atuam de modo a conter e orientar melhor quanto às práticas homofóbicas. Sabemos que os PCN são uma conquista e fruto de lutas históricas de diversos movimentos sociais e uma demonstração do que o governo espera dos jovens. Cabe à escola como unidade dentro de um contexto maior executar essa proposta e a educação para a diversidade aparece como fundamento dos PCN e prevê a adequação do currículo às discussões sobre diversidade. Como isso é tratado nas instituições? Há resistências? Todos conseguem lidar com a temática?

Devido ao tempo disponível para a produção de uma análise mais bem elaborada acerca dessas questões, elas permanecerão como lacunas para possíveis investigações futuras, mas que tem a ver com a discussão inicial proposta neste artigo.

A violência aparece como fenômeno social e repercute também no ambiente escolar. Há uma série de estudos que versam sobre as relações interpessoais agressivas que configuram um grande problema social e que é classificado de diversas formas (ALBUQUERQUE E RUA, 2003).

A violência é classificada de diversas formas e o que vem chamando atenção principalmente do senso comum é aquilo que convencionou-se a chamar de *bullying*. Na perspectiva de Lopes Nero (2005) a mesma aparece como

Conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrões, apelidos, discriminar e exclusões que ocorrem entre colegas sem motivação evidente, e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força ou um grupo de vitimiza um outro que não consegue encontrar um modo eficiente de se defender (NERO, 2005).

Não é de se estranhar que de forma direta e indireta incluem formas de agressões física e verbal que exercem Lopes Neto (2005) “a afirmação de poder interpessoal por meio de agressão”. Embora nem sempre se manifeste de forma física, vários fatores de ordem cultural e individual se imiscuem nesse processo.

Há uma tendência a se considerar todas essas formas de agressão como *bullying* até porque o conceito se aproxima muito com o de preconceito e propriamente com o de homofobia. Como dito anteriormente as características desses conceitos e o modo como isso surge na prática vem do processo de socialização e conseqüentemente como uma resposta a conflitos gerados neste processo.

A homofobia aparece como um problema que gera desdobramentos que reforçam práticas de violência contra homossexuais nos mais diversos níveis. Apesar disso



alguns programas recentes mostram-se adequados às novas demandas que surgem dos grupos e movimentos sociais envolvidos no combate à discriminação e violência contra homossexuais.

As pesquisas mostram o crescente número de agressões motivadas pela orientação afetivo-sexual o que inclui humilhações, barreiras de ingresso em estabelecimentos e mais especificamente a discriminação na escola que pode trazer reflexos no aprendizado e baixa auto-estima pelo não reconhecimento das identidades de gênero.

A própria definição de homofobia aclara melhor a forma como isso ocorre. A definição inicial do conceito é trazida pelo psicólogo Weinberg (1972) ele aponta o conceito para definir sentimentos negativos em relação aos homossexuais. E as atitudes de negatividade se refletem na aversão, desprezo, ódio e desconforto diante de situações que envolvem práticas ou comportamentos considerados desviantes.

Para Louro (2004), a homofobia se manifesta por meio da atribuição de algo negativo, falho ou defeituoso às pessoas homossexuais. E expressam também “uma espécie de temor em relação a perda do gênero, ou seja, temor de não ser considerado como um homem ou homem ou mulher reais ou autênticos (LOURO, 2004: 28-29).

A proximidade de conceito de homofobia e as normas de gênero geram um sistema de expectativas, crenças e mecanismos de regulação discriminatórios nas diversas esferas sociais. Escola, família e religião não escapam à regra e isso condiciona de certa forma o modo como as disposições são construídas na mente das pessoas. Isso gera conseqüências para aqueles que fogem à regra do que significa para a maioria da sociedade ser homem e ser mulher. As pessoas que fogem à regra em seus gostos, comportamentos e não se enquadram nos

modelos hegemônicos postos pelas normas que as instituições impõem a seus indivíduos.

Essas formas de discriminação nem sempre são evidentes para boa parte das pessoas que reproduzem através do discurso e isso se reflete através da intolerância ou medo quando se fala de homossexualidade. Isso pode se expressar através de violência física ou psíquica. Essas construções são decorrentes dos discursos que são produzidos e reproduzidos nas instituições socializadoras. E estas tendem a “reafirmar a lógica dicotômica sexista e “heteronormatividade compulsória” (LOURO, 1997).

Na escola, as agressões são de forma verbal ou física, isolamento e exclusão cujas conseqüências podem ser a evasão escolar e sofrimento. A situação de invisibilidade no contexto levam a atitudes de estigmatização. E a escola como instância responsável pela conscientização e orientação na promoção de uma sociedade mais justa e democrática deve assumir um papel decisivo.

Sendo assim, ao assumir uma postura de desconstrução desse discurso dominante e divulgar informações científicas e esclarecedoras acerca da sexualidade, deve contribuir para a reflexão acerca da construção sócio-histórico cultural da sexualidade e disseminar práticas que contribuem para a quebra dos estigmas em relação aos modelos impostos.

Existem muitas dificuldades para quebrar preconceitos, dificuldades pessoais e revisão de conceitos por parte de alguns educadores. As pré-concepções moldadas no decorrer do tempo ajudam a não adesão a projetos e isso é evidente no discurso por parte de alguns professores e alunos que se recusam a participar.

A escola como *locus* de construção de conceitos tem que se esforçar para conseguir viabilizar projetos e práticas de cidadania que incluam e evitem condutas discriminatórias por parte de docentes e que coíba atos dentro da escola de forma a conscientizar e promover a inclusão e uma educação para a diversidade e respeito a outro.

Bibliografia

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. A *Reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

COLOGNESE, S. A., MÉLO, J. L. B. de. A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social. In *Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 9, 1998.

DURKHEIM, E. *Educación y Sociología*. Buenos Aires, Editorial Shapire, 1973.

GADOTTI, M *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 2004a.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.A.D. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. 6 ed. Editora Pedagógica e Universitária, 2003.

REY, F. G.. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*; São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Resumo: O presente artigo traz uma discussão acerca da manifestação de atos de homofobia no ambiente escolar. Além de uma discussão introdutória acerca do problema dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: homofobia, educação, direitos humanos.

Abstract This article presents a discussion of the manifestation of acts of homophobia in the school environment. In addition to an introductory discussion about the problem within the school environment.

Key words: homofoby, education, human rights

***Daniel Santos** é sociólogo pela Universidade de Brasília, com especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria e em Diversidade e Cidadania pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é técnico em assuntos educacionais da Universidade de Brasília e professor - Classe A da Secretaria de Estado de Educação - Distrito Federal. Atualmente cursa mestrado profissionalizante na Faculdade de Educação - UnB, sob orientação de Renísia Cristina Garcia Filice.